



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0000982-31.2024.5.10.0014

Tramitação Preferencial
- Assédio Moral ou Sexual

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 22/08/2024

Valor da causa: R\$ 670.000,00

Partes:

RECLAMANTE: ----- **ADVOGADO:** DARCY MARIA GONÇALVES DE ALMEIDA **RECLAMADO:**
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO

14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF

ATOrd0000982-31.2024.5.10.0014

RECLAMANTE: -----

RECLAMADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

SENTENÇA



I — RELATÓRIO

----- qualificado na exordial, ajuizou
reclamação trabalhista em face de EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, alegando, em
síntese, que foi admitido em 16/04/2002, para o cargo de atendente comercial, e que exerceu várias

funções gratificadas. Asseverou que foi destituído de sua função de confiança e transferido de local de trabalho em decorrência de ter sofrido assédio moral e perseguições. Postulou as verbas do rol de pedidos da exordial, mais benefícios da Justiça Gratuita e honorários advocatícios. Juntou procuração e documentos. Atribuiu valor à causa de R\$ 670.000,00.

Decisão de Id 30a9082 deferiu o pleito de tutela de urgência e determinou à ré que promovesse a incorporação à remuneração do autor do valor médio das gratificações recebidas nos últimos 10 anos anteriores à supressão da função de confiança (20/10/2023).

A reclamada apresentou defesa escrita e juntou documentos.

O reclamante manifestou-se em réplica.

Em audiência (Id 1909b25), foram colhidos depoimentos orais e encerrada a instrução processual.

Razões finais escritas.

Inconciliados.

É o relatório.

II-FUNDAMENTAÇÃO

~~DA VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEI 13.467/2017~~

Trata-se o caso concreto de demanda ajuizada durante a vigência da Lei nº 13.467/2017 (a presente ação foi ajuizada em 22/08/2024), sendo cabível a fixação de honorários de sucumbência.

Registre-se que a Lei 13.467/2017, que modificou a legislação processual trabalhista, foi publicada no dia 14 de julho de 2017, com vacatolegisde 120 dias, tendo entrado em vigor no dia 11/11/2017, conforme regra contida no art. 8º, §1º, da Lei Complementar nº 95/98.

Consigne-se, ainda, que, via de regra, ao contrário do que ocorre com as normas de Direito Material, as leis processuais produzem efeitos imediatos, vez que incide, no caso, a regra tempusregitactum, passando a nova regra a ser aplicada nos processos em andamento e não somente naqueles que se iniciaram a partir da vigência da nova lei, de acordo com a teoria do isolamento dos atos processuais.

Todavia, no caso dos beneficiários da justiça gratuita, a exigibilidade das despesas processuais, notadamente custas processuais, afronta diretamente os preceitos constitucionais agasalhados no artigo 5º, incisos XXXV e LXXIV da CF/88:

"XXXV - A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"

"LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"

No que concerne às inovações atinentes ao direito material, consigne-se que nos termos do artigo 5º XXXVI, da CF/88 e artigo 6º da LINDB, “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

DO PRINCÍPIO DA ADSTRICÇÃO AO PEDIDO

Registra-se que a indicação de valores dos pedidos na petição inicial, conforme nova redação do art. 840, §1º, da CLT, consiste em mera estimativa, não se exigindo a exata quantificação e não se impondo que sejam utilizados como limitadores na fase de liquidação.

Nessa mesma direção, entendeu o TST no julgamento do processo AIRR-228-34.2018.5.09.0562.

DO ASSÉDIO MORAL — INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS

Registre-se, ab initio, que assédio moral corresponde ao “conjunto de atos e procedimentos sutis, destinados a expor a vítima a situações incômodas e humilhantes, atentando contra sua dignidade e degradando o clima de trabalho”.

Nas palavras do douto HEINZ LEYMANN, citado pelo ilustre jurista Cláudio Armando Couce de Menezes, o assédio moral é a “deliberada degradação das condições de trabalho através do estabelecimento de comunicações não éticas (abusivas), que se caracterizam pela repetição, por longo tempo, de um comportamento hostil de um superior ou colega(s) contra um indivíduo...” in (Caderno Jurídico, Ano 3 V.3 nº1, Janeiro/Fevereiro – 2004, Escola Judicial do TRT da 10ª Região, pg. 35).

Ademais, oportuno salientar que, enquanto o dano material é aquele suscetível de avaliação pecuniária, ou seja, é aquele que atine a interesses de natureza patrimonial ou econômica da pessoa lesada, o dano moral é o que afeta o psiquismo, a moral e o âmago intelectual da vítima. Atinge, pois, interesses de foro íntimo da pessoa lesada.

Segundo leciona Limongi França:

“os direitos da personalidade correspondem a aspectos determinados da pessoa humana, de tal forma que é

mister sejam inicialmente agrupados de acordo com os aspectos a que cada um concerne. Esses aspectos são fundamentalmente três: o físico, o intelectual e o moral. Portanto, ab initio, cumpre sejam diversificados: 1) o direito à integridade física; 2) o direito à integridade intelectual e 3) o direito à integridade moral” (Manuel de Direito Civil, 1º vol., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1971, pg.321).

Como se vê, o dano moral atinge principalmente os direitos da personalidade, o direito à imagem, ao nome, à privacidade, ao próprio corpo.

Pois bem.

Na exordial, o reclamante narrou, em síntese, que foi admitido, após aprovação em concurso público, na data de 16/04/2022, para o cargo de atendente comercial e que exerceu várias funções gratificadas, inclusive a de superintendência executiva de estratégia, segurança e comunicação, a partir de janeiro de 2023. Asseverou que, após defender seu posicionamento técnico sobre a política comercial da empresa em uma reunião de riscos estratégicos, realizada em outubro de 2023, passou a sofrer assédio moral e perseguições, que teriam ocasionado a perda da função em 20/10/2023, a designação para a função de analista II, com gratificação menor, em 15/12/2023, bem como a transferência para a agência de Ceilândia/DF, em julho/2024. Postulou o pagamento de indenização por danos morais e por danos materiais (lucros cessantes).

Em defesa, negou as alegações de assédio moral. Afirmou, ainda, que a decisão de deslocamento do reclamante para uma das agências dos correios localizada na região administrativa de Ceilândia decorreu do jusvariandiem face das necessidades de condução do negócio. Acrescentou que inexistente qualquer obrigação de manter o reclamante na função de superintendente executivo de estratégia, segurança e comunicação, na diretoria de governança e estratégia – DIGOE.

Pois bem, ao alegar ter sido vítima de assédio moral e de perseguições, o reclamante aduziu fatos constitutivos do direito postulado, atraindo para si o ônus de comprovar suas alegações, nos moldes dos artigos 818, I, da CLT e 373, inciso I, do CPC.

De tal encargo se desincumbiu, satisfatoriamente.

Com efeito, a primeira testemunha do reclamante declarou:

"que o depoente trabalha para os Correios desde 1996, sendo que atualmente ocupa a função de analista 10, sendo lotado no departamento de segurança onde é responsável pela segurança postal internacional; que o

departamento de segurança é subordinado à superintendência executiva (SUESC), onde o reclamante exerceu a função de superintendente executivo por um período, sendo que tal época o depoente trabalhava no mesmo andar do reclamante, mas em salas diferentes; que, na época em que o reclamante foi superintendente executivo, este sugeriu a seguinte mudança na política comercial dos Correios, que era a mesma sugestão do depoente, em seara internacional, ou seja, que a política comercial dos Correios favorecia clientes a usarem os contratos dos Correios para a venda indevida de etiquetas, o que contrariava a legislação atual, que impõe que ninguém pode executar atividade de auxiliar dos Correios (como venda de etiquetas) se não for franqueado ou se não for agência própria de Correios, sendo que certos clientes utilizavam então esses contratos que deveriam ser para uso próprio de forma indevida, montando agências para venda das etiquetas aos clientes por preço inferior, o que tirou os clientes das agências próprias dos Correios, gerando enorme prejuízo a empresa Correios; que atualmente o prejuízo dos Correios verificado em agosto de 2024 já monta na ordem de 1,8 bilhões de reais em razão da política comercial adotada pela empresa; que, quando o reclamante propôs, na condição de superintendente, uma avaliação de risco na então adotada política comercial da empresa Correios, foi destituído no dia seguinte pelo presidente dos Correios, senhor FABIANO, sendo que a diretora de governança, senhora ----, à época não concordou com a destituição do reclamante e nem com a política comercial que estava sendo adotada pelos Correios, o que fez inclusive com que a senhora ---- solicitasse sua exoneração em seu retorno ao órgão de origem (Ministério Público); que o depoente tem certeza que o reclamante foi destituído pelo presidente FABIANO exatamente por ter sugerido uma avaliação de risco em relação à política então comercial então adotada pela empresa Correios; que o depoente também já havia vivenciado uma situação semelhante, quando estava no departamento de negócios internacionais e ficou em ócio absoluto por 90 dias, determinado pelo então superintendente executivo senhor ----, em razão de ter sugerido alteração na política comercial internacional que era a mesma da política comercial nacional e também gerava

prejuízo à empresa Correios em nível internacional; que a então política comercial adotada pelos Correios trazia grande prejuízo para a empresa, causando estranheza que a sugestão de avaliação de risco e mudança em tal política tenha provocado a destituição do reclamante pelo presidente dos Correios senhor FABIANO; que, diante das provas robustas envolvendo a situação nefasta da política comercial adotada pelos Correios, o depoente tomou a iniciativa de levar tais informações e provas ao Ministério Público que realizou investigação e promoveu o indiciamento junto à Polícia Federal; que, após ser destituído da função de superintendente executivo, o reclamante ficou em ócio no ambiente da superintendência por aproximadamente 40 dias, sendo que em tal período chegou a ser; contactado pelo presidente dos Correios, senhor FABIANO, sendo que à época o reclamante narrou ao depoente que o presidente FABIANO havia convidado o reclamante para ser lotado no assessoramento da presidência, mas que, para tanto, teria que ficar calado em relação à política comercial que estava sendo praticada pela pelos Correios, sendo que, mesmo que o reclamante não aceitasse tal proposta, foi lotado no assessoramento da presidência o que ficou por uns dias, sendo em seguida retirado de tal função regional e transferido para a superintendência estadual de Brasília, também sem ser o reclamante consultado para tanto, sendo que posteriormente o reclamante foi novamente transferido para uma agência de Ceilândia sem ser consultado; que a praxe da empresa Correios sempre foi consultar o funcionário nas remoções e transferências deste entre as unidades dos Correios; que, após os fatos ocorridos envolvendo o reclamante, este teve cortado o acesso ao prédio da sede dos Correios, sendo que também passou a ser monitorado fisicamente por funcionários ligados à presidência, cujo nome o depoente conhece mas prefere não citar por receio de implicações, sendo que em 2 oportunidades o depoente desceu para fumar e se encontrou com o reclamante, sendo que percebeu funcionários da presidência próximos ao depoente e reclamante acompanhando estes à distância, época em que o reclamante ainda estava na superintendência estadual, tendo o fato ocorrido no fundo externo do edifício sede, sendo que o reclamante lá comparecia em razão de alguma atividade do superintendente executivo

estadual; que a superintendência estadual fica na quadra 912 Sul; que o depoente chegou a apresentar denúncia também perante o TCU tendo recebido a resposta de tal órgão de que haveria o encaminhamento da denúncia para um órgão de apuração; que o prejuízo vivenciado pelos correios se deve em grande parte à política comercial praticada pela empresa; que na reunião onde o reclamante sugeriu avaliação de risco e mudança na política comercial da empresa Correios estavam superintendentes executivos que concordaram com o reclamante, tendo o depoente não participado de tal reunião mas lido a ata resultante de tal reunião, sendo que a praxe dos Correios era que o resultado da reunião em que foi sugerida a avaliação de risco fosse analisado pela diretoria de governança, a fim de se verificar de fato os riscos que estavam sendo vivenciados pela empresa Correios, sendo que tal não foi feito, sendo que a diretora da governança à época era a senhora --- -- que ficou no cargo apenas por 1 mês após a referida reunião; que o assunto sobre avaliação de riscos deveria ter passado pela diretoria de governança e subido até a diretoria executiva dos Correios todavia não deixaram o assunto passar da diretoria de governança; que o reclamante foi conselheiro do postal saúde, mas que foi também retirado de tal função, não sabendo o depoente precisar quando tal ocorreu; que o depoente não trabalhou com a reclamante na superintendência estadual; que as pessoas que seguiam o depoente e o reclamante ainda estão lotados na presidência".

Infere-se, à saciedade, que: a despeito dos prejuízos financeiros decorrentes da política comercial adotada pela empresa ré, o reclamante foi destituído pelo presidente dos Correios após propor, na condição de superintendente, uma avaliação de risco e mudança na política comercial da empresa, proposta que sequer foi analisada pela diretoria de governança, excepcionalmente, contrariando a praxe da empresa; o reclamante foi mantido em ócio no ambiente da superintendência por aproximadamente 40 dias; o reclamante foi transferido para a superintendência estadual de Brasília e, posteriormente, foi transferido para uma agência de Ceilândia sem ser consultado, quando a praxe da empresa sempre foi consultar o funcionário acerca das remoções e transferências entre as unidades dos Correios; o reclamante teve cortado o acesso ao prédio da sede dos Correios e passou a ser monitorado fisicamente por funcionários ligados à presidência; a testemunha ouvida também vivenciou uma situação semelhante, quando ficou em ócio absoluto por 90 dias, em razão de ter sugerido alteração na política comercial internacional que era a mesma da política comercial nacional e também gerava prejuízo à empresa Correios.

Reforçando o depoimento acima transcrito, o depoimento da segunda testemunha do reclamante consignou:

"que o depoente trabalha para os Correios desde 1995, sendo atualmente lotado no departamento de contratos sem função; que o depoente chegou a ser lotado no gabinete da presidência dos Correios no período aproximado de fevereiro de 2023 a setembro de 2023, quando ocupava a função de analista 10; que, no final de 2023, o depoente ouviu comentários entre os colegas no sentido de que o reclamante havia sido transferido e lotado para a superintendência estadual de Brasília em razão de ter externado sugestão de mudança na política comercial dos Correios o que teria contrariado os interesses do presidente dos Correios, senhor FABIANO SILVA SANTOS; que à época o superior hierárquico do reclamante na superintendência estadual de Brasília era o senhor -----; que era visível e patente do monitoramento que o reclamante sofria quando tentava ingressar no edifício sede dos Correios, sendo que houve inclusive uma oportunidade em que o depoente estava ingressando no edifício sede com seu crachá que verificou que o reclamante havia sido barrado pela recepcionista e impedido de ingressar no edifício sede, não sabendo o depoente precisar por qual motivo; que, pelo que ouviu diretamente do superintendente estadual ----- (na ocasião de um evento de despedida do senhor -----, que estava saindo dos Correios e retornando ao órgão de origem - INSS), que o reclamante havia sido transferido para agência dos Correios de Ceilândia em uma tentativa de calar a boca do reclamante".

Extrai-se que o reclamante sofria monitoramento e que já foi impedido de ingressar no edifício sede dos Correios, bem como que foi transferido para agência dos Correios de Ceilândia como represália por ter externado sugestão de mudança na política comercial dos Correios, o que teria contrariado os interesses pessoais do presidente da ré.

Registra-se, por oportuno, que a testemunha da ré não soube informar o motivo da destituição do reclamante da função de superintendente executivo, tendo declarado que o reclamante ficou um período na diretoria de governança sem função e que, posteriormente, foi transferido para a superintendência estadual de Brasília. Confirmou, ainda, que a praxe da ré é , de fato , sempre consultar os funcionários sobre transferências, ainda que por necessidade de serviço.

Por seu turno, o preposto da ré declarou:

"que aproximadamente no início de 2023 o reclamante passou a exercer a função de superintendente executivo de estratégia e segurança, tendo por atribuições: tomar decisões de gestão nas áreas de segurança, comunicação e estratégia; que, na segunda quinzena de outubro de 2023, o depoente participou de uma reunião na qual o reclamante defendeu e sugeriu uma mudança na política comercial da empresa reclamada quanto à função específica dos integradores de cargas que se beneficiavam com a atual política comercial à época adotada pela reclamada; que como foi uma reunião de riscos e estratégias, o colegiado que participou da reunião ficou encarregado de levar as sugestões para as superintendências executivas da empresa e, por fim, para pauta pela diretoria colegiada da empresa reclamada, sendo que tal foi feito, o que geralmente demora alguns dias; que, no mesmo dia em que se realizou a reunião acima informada, onde o reclamante sugeriu mudança na política comercial da empresa, ao final deste dia o reclamante foi destituído, pelo presidente dos Correios, senhor FABIANO SILVA DOS SANTOS, da função de superintendente executivo de estratégia e segurança, passando a ficar sem função, lotado na diretoria de governança, onde permaneceu até meados de dezembro/2023, executando atividades administrativas, sendo que, a partir da segunda quinzena de dezembro de 2023, o reclamante foi designado em função de assessoramento na presidência dos Correios, não sabendo o depoente informar por quanto tempo o reclamante permaneceu em tal setor da presidência; que posteriormente o depoente ficou sabendo que o reclamante foi lotado na superintendência estadual de Brasília (não sabendo informar se ocupando alguma função), sendo que hoje, no dia da audiência, o depoente ficou sabendo que o reclamante estava lotado na agência dos Correios de Ceilândia, sem função; que o depoente trabalha na diretoria de governança exercendo a função de analista 11; que, à época em que o reclamante passou pela diretoria de governança, essa estava sem um diretor, sendo que a diretoria interina estava sendo ocupada pelo próprio presidente dos Correios (senhor FABIANO SILVA DOS SANTOS), o que ocorreu no período de agosto de 2023 até novembro de 2023, quando foi nomeado novo diretor; que o depoente não sabe informar se o presidente dos Correios, senhor FABIANO SILVA DOS SANTOS, havia tomado conhecimento da mudança sugerida pelo reclamante na política comercial da empresa Correios, nem qual o motivo que levou tal presidente dos Correios destituir o reclamante de sua função, sendo que tal função é discricionária; que o depoente não sabe informar se o reclamante foi

destituído da função de superintendente executivo de riscos e estratégia exatamente por ter sugerido mudança na política comercial dos Correios; que a sugestão de mudança na política comercial apresentada pelo reclamante não contrariava os interesses do presidente dos Correios senhor FABIANO SILVA DOS SANTOS; que, a partir de novembro ou dezembro de 2023, a empresa reclamada implementou mudança na política comercial quanto à função específica dos integradores de cargas e demais clientes dos Correios, sendo que tais mudanças foram mais sutis e não tiveram a profundidade que havia sido sugerida pelo reclamante; que a empresa mantém GCR para os seus funcionários onde consta avaliação de metas e de competência para cada empregado, sendo que os registros lançados em relação a cada período e exercício de função devem ficar registrados no GCR do funcionário, sendo que, quando este passa a ocupar nova função e competência, novas anotações são feitas de acordo com o período de exercício da nova função; que o GCR do reclamante localizado às folhas 142 do PDF de fato está em branco no período de janeiro a julho de 2023, sendo que tal não é a praxe da empresa reclamada, já que a avaliação de metas deveria estar preenchida, não sabendo o depoente explicar por que está em branco; que, quando o reclamante foi transferido para a superintendência estadual de Brasília, o superintendente ali lotado era o senhor ----, não sabendo o depoente informar se em tal setor o reclamante foi monitorado por algum gestor dos Correios; que a praxe adotada pelos Correios é sempre consultar o funcionário no caso de transferência deste de um setor para o outro; que o depoente sabe informar que o reclamante foi consultado na época em que foi lotado na presidência, não sabendo informar o depoente se houve tal consulta ao reclamante nas transferências de setor posteriores; que o depoente não sabe informar o motivo pelo qual o reclamante foi transferido para agência de Ceilândia, não sabendo o depoente informar quem determinou a transferência do reclamante para agência de Ceilândia, não sabendo informar ainda se o reclamante foi consultado para tal transferência; que a praxe da empresa é que no âmbito da superintendência estadual os atos formais de transferência e remoção de funcionários seja sejam assinados pelo superintendente estadual que pode delegar assinatura do ato a outros gerentes da superintendência estadual; que o depoente não sabe informar quem assinou o ato formal de remoção do reclamante da superintendência estadual para agência de Ceilândia; que a praxe da empresa é não manter funcionário lotado em área administrativa sem função comissionada, mas tal pode ocorrer excepcionalmente quando o funcionário, por exemplo, tem uma incorporação de gratificação determinada por vias judiciais; que o depoente não tem conhecimento se o

reclamante tem alguma restrição para o ingresso no edifício sede dos Correios; que a empresa Correios está respondendo a diversas investigações e inquéritos perante o Ministério Público e à Polícia Federal envolvendo a política comercial adotada em relação aos integradores de carga; que no ano de 2023 a empresa Correios sofreu um prejuízo de aproximadamente 500 milhões de reais em razão da política comercial adotada naquele ano, sendo que em relação a 2020 em relação a 2024, especificamente até o terceiro trimestre de 2024, o prejuízo da empresa Correios já chega a um 1 bilhão e meio de reais em relação à política atual política comercial adotada pela empresa".

Registra-se que o desconhecimento do preposto implica confissão ficta. Veja um julgado do TST sobre o tema:

“CONFISSÃO FICTA. DECLARAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DOS FATOS PELO PREPOSTO DA RECLAMADA. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. (...) 2. O art. 843, § 1º, da CLT, faculta "ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o preponente". Quando o preposto desconhece os fatos objetivados pela demanda, torna irregular a representação patronal, frustrando o intuito do depoimento pessoal. Em tal hipótese, o empregador sofrerá as consequências de sua incúria, inclusive com a incidência da pena de confissão ficta, nos limites da matéria ignorada. 3. A presunção de veracidade daí decorrente é relativa. Inexistindo, porém, prova em sentido contrário, impõe-se o acolhimento das alegações da inicial. (...)" (RRAg-10288-28.2014.5.18.0054, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 19/11/2021).

Logo, o desconhecimento do preposto implica confissão ficta quanto à alegação de represália e perseguição que culminou na destituição do autor da função de superintendente executivo de riscos e estratégia e à sua transferência para agência de Ceilândia por ter sugerido mudança na política comercial dos Correios.

Nesse cenário, evidente que o reclamante vivenciou situações abusivas de assédio moral e de perseguições após ter sugerido, em uma reunião, avaliação de risco e alteração na política comercial da ré, contrariando os interesses do presidente da Reclamada.

Salienta-se que, embora o descomissionamento sem motivo

insira no poder diretivo patronal (antigo art. 468, parágrafo único, da CLT), restou demonstrado, incasu, que a destituição da função de confiança de superintendente executivo, a colocação em situação de ócio e a transferência para outros locais de trabalho decorreram de retaliações e perseguição praticada pelo presidente da empresa.

Constatou-se, ainda, que o reclamante sofria monitoramento físico, que já foi impedido de ingressar no edifício sede dos Correios e que não foi consultado acerca da transferência para outro setor, contrariando a praxe da empresa.

Assim, é justo e razoável que a reclamada seja responsabilizada pelo dano moral que vitimou o trabalhador em foco durante o exercício de sua função.

Logo, considerando que a responsabilidade do empregador encontra pleno respaldo legal nos artigos 186, 927 e 932, inciso III, todos do novo Código Civil Pátrio e no art. 5º, X, da CF e 223-G da CLT, defiro ao reclamante indenização por danos morais, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Atente-se que o arbitramento do quantum da indenização considerou os critérios frequentemente sugeridos pela doutrina e jurisprudência (gravidade e repercussão da ofensa, intensidade do sofrimento do ofendido, capacidade econômica do agressor, ausência de retratação espontânea e cabal, etc) e teve por escopo proporcionar à vítima alguma satisfação para suplantar a dor que lhe foi infligida e, ao agressor, efeito pedagógico que o desestimule à prática de novo ato lesivo.

Por outro lado, a despeito do reconhecimento da conduta ilícita da ré, entendo que o reclamante não possui direito subjetivo de retorno à função anteriormente ocupada de superintendente executivo com a manutenção da respectiva gratificação e no mesmo local em que antes laborava, tendo em vista que a função de confiança possui caráter de provisoriedade, sem aderir ao contrato de trabalho.

Assim, indefiro os pleitos de retorno à função de superintendente executivo de estratégia, segurança e comunicação, com a mesma gratificação e no mesmo local de trabalho em que exercia a referida função (na sede dos Correios), bem como de indenização por danos materiais/lucros cessantes.

Além disso, considerando que o reclamante não formulou nenhum pedido de incorporação de gratificações referentes às funções de confiança exercidas, nos termos da Súmula 372 do TST, revogo a decisão que deferiu o pleito de tutela de urgência e determinou à ré que promovesse a incorporação à remuneração do autor do valor médio das gratificações recebidas nos últimos 10 anos anteriores à supressão da função de confiança (20/10/2023).

DOS PRIVILÉGIOS DA-ECT

Conforme reiteradamente decidido pelo Supremo Tribunal Federal, o art. 12 do Decreto-Lei 509/69 foi recepcionado pela Constituição Federal. Dessa forma, a reclamada, equiparando-se à Fazenda Pública em relação às garantias previstas no preceito legal, está isenta do

recolhimento de custas e da realização de depósito recursal e sujeita-se aos mesmos prazos aplicados à Fazenda Pública.

DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

De início, registre-se que o disposto no artigo 790, §3º deve ser interpretado conforme a Constituição Federal de 1988 (art.5º, inciso LXXIV), que assegura a assistência judiciária gratuita aqueles que necessitarem.

Nessa seara, estando presentes os requisitos das Leis 7.115/83 e do arts.98 e 99, §3º do CPC/2015, faz jus o autor aos benefícios da Justiça Gratuita, independentemente do valor de sua remuneração.

Atente-se que, existindo declaração de hipossuficiência econômica (fl. 26), resta atendida a exigência contida no art. 790 da CLT, uma vez que se presume verdadeira a alegação formulada por pessoa física (art. 99, § 3º, do CPC e art. 1º da Lei 7.115/83).

O eventual recebimento de salário superior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral não significa que a presunção de veracidade derivada de sua declaração como pessoa física foi automaticamente afastada. Não há previsão legal nesse sentido.

Deferem-se, pois, os benefícios da Justiça Gratuita à parte autora. DOS

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Apesar de ter mantido o jus postulandi das partes, a Lei nº 13.467/17 introduziu o art. 791-A à CLT, que impõe a condenação de honorários de sucumbência ao vencido.

Logo, em face da procedência parcial do pleito de indenização por danos morais, deferem-se honorários sucumbenciais de 10%, calculados sobre o valor da condenação, a serem pagos pela ré em benefício das patronas do reclamante, percentual esse que considera as diretrizes do art. 791-A, § 2º, da CLT.

Em face da improcedência completa dos demais pedidos, deferem-se honorários sucumbenciais de 10%, calculados sobre o valor de tais pretensões, a serem pagos pelo reclamante em benefício do patrono da reclamada, percentual esse que considera as diretrizes do art. 791-A, § 2º, da CLT.

Contudo, ressalte-se que o Pleno do Tribunal Regional da 10ª Região declarou a inconstitucionalidade parcial do parágrafo 4º do artigo 791-A da CLT quanto à expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", conforme Verbete 75/2019, in verbis:

“HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. ART. 791-A, § 4º, DA CLT. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL. É inconstitucional

a expressão "...desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes e suportar a despesa...", do art. 791-A da CLT, devendo ser suspensa a exigibilidade dos honorários advocatícios, assim como afastada a sua compensação com outros créditos trabalhistas, quando se tratar de parte hipossuficiente (art. 5º, incisos II e LXXIV da CF)." (Decisão adotada por maioria absoluta do Tribunal Pleno na ArgInc-0000163.15.2019.5.10.0000 para os fins do art. 97 da Constituição Federal, Publicação: DEJT dos dias 3,4 e 5/9/2019).

Além disso, houve declaração de inconstitucionalidade também reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5766.

Logo, a exigibilidade da verba honorária devida pelo autor deve ficar suspensa, pelo prazo máximo de 2 anos, até que o credor demonstre que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade. Após o transcurso deste prazo sem a aludida comprovação, a obrigação relativa aos honorários sucumbenciais ficará extinta.

DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA

Tendo em vista que houve condenação direta dos Correios, deve-se reconhecer que a aludida empresa goza dos mesmos juros da Fazenda Pública. Nesse sentido segue julgado da SDI-I do TST:

"ECT. JUROS DE MORA. CRITÉRIOS APLICÁVEIS À FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI 9.494 /1994. ART. 894, §2º DA CLT. (...) Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal Superior e do Supremo Tribunal Federal está pacificada no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) goza dos privilégios dispensados à Fazenda Pública, nos termos do art. 12 do Decreto-Lei nº 509/1969, e de que tal equiparação de tratamento abrange também a disciplina dos juros de mora. (...)" (E-ED-RR-22119.2014.5.23.0004, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 04/09/2020).

Considerando que houve condenação direta da ECT, os juros de

mora serão calculados nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, conforme OJ 7 TP/OE do TST e tese do Tema 810 da Lista de Repercussão Geral do STF, sendo que, a partir de 09.12.21, deve ser aplicada a taxa SELIC (que já engloba juros e correção), conforme art. 3º da EC 113/2021.

No sentido do exposto, segue julgado do TST:

“JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIOS APLICÁVEIS À FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997. EXTENSÃO À EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. Discute-se nos autos o índice juros moratórios aplicável na atualização de créditos trabalhistas contra a Fazenda Pública. II. Por ocasião do julgamento do RE 870.497 (Tema 810 da Tabela de Repercussão Geral), em 20/09/2017, o Supremo Tribunal Federal declarou ser inconstitucional o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 na parte em que disciplina os juros moratórios devidos pela Fazenda Pública relativamente aos débitos oriundos de relação jurídico-tributária. Todavia, julgou constitucional o referido dispositivo legal, quanto às condenações oriundas de relação jurídico não-tributária, o que inclui os débitos trabalhistas (Tema 810, item 1). Declarou, ainda, ser inconstitucional o art. 1º-F da Lei 9.494/97, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança. Sendo o referido dispositivo legal inconstitucional na parte que rege a atualização monetária, determinou fosse aplicado o IPCA-e (Tema 810, item 2). III. Por sua vez, no julgamento da ADC 58, o Supremo Tribunal Federal adotou o entendimento de que não se aplica o índice de remuneração da caderneta de poupança para débitos trabalhistas na fase processual (e sim a taxa SELIC); contudo, constou expressamente daquele julgamento que a taxa SELIC não se aplica às dívidas da Fazenda Pública de natureza trabalhista, pois tais dívidas possuem regras próprias, disciplinadas pelo art. 1º-F da Lei nº 9.494/97. IV. Ressalte-se que, em 08/12/2021, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 113, que alterou o regime jurídico dos juros de mora e da correção monetária nos casos que envolvem a Fazenda Pública, podendo-se entender que, após a referida data, ou seja, a partir de

09/12/2021, deve ser aplicada a taxa SELIC, que contempla, na sua composição, tanto a correção monetária quanto os juros. (...)" (RRAg-1316-

59.2014.5.02.0072, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 26/08/2022).

Quanto à correção monetária, considerando o disposto na tese do Tema 810 da Lista de Repercussão Geral do STF, deve incidir o IPCA-E como índice de correção monetária, sendo que, a partir de 09.12.21, deve ser aplicada a taxa SELIC (que já engloba juros e correção), conforme art. 3º da EC 113/2021.

Considerando que somente foram deferidas verbas indenizatórias, não haverá incidência de contribuição previdenciária e de imposto de renda.

Ressalte-se que não incide imposto de renda sobre os juros de mora (OJ 400 da SDI-I do TST).

III –DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados pelo reclamante ---- para, nos termos e parâmetros da fundamentação supra, que fica fazendo parte integrante deste dispositivo, e em valores a serem apurados em liquidação de sentença, condenar a reclamada EMPRESA ESILEIRA – DE CORREIOS E TELEGRAFOS, nas obrigações e verbas deferidas na fundamentação supra.

Considerando que somente foram deferidas verbas indenizatórias, não haverá incidência de contribuição previdenciária e de imposto de renda.

Custas processuais, pela reclamada, no importe de R\$ 2.000,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R\$ 100.000,00, das quais fica dispensada, na forma da lei.

Intimem-se as partes.

BRASILIA/DF, 28 de novembro de 2024.

~~IDALIA ROSA DA SILVA~~
Juíza do Trabalho Titular



Documento assinado eletronicamente por IDALIA ROSA DA SILVA, em 28/11/2024, às 07:09:19 - 2b8bc08
<https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24112719355169100000044078163?instancia=1>
Número do processo: 0000982-31.2024.5.10.0014
Número do documento: 24112719355169100000044078163